

SOCIUS Working Papers

Representação e confinação de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos

João Ribeiro Butiam Có

Nº 11/2010

SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
R. Miguel Lupi, 20 1249-078 Lisboa
Tel: 213951787 Fax: 213951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
URL: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/home.htm>

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA
INEP - GUINÉ-BISSAU

Título:

Representação e confinação de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos

João Ribeiro Butiam Có:

Sociólogo e Investigador Permanente do INEP – Bissau
(Guiné-Bissau).

Membro Associado do SOCIUS – Lisboa (Portugal).

jooribeiro@yahoo.com

Outubro, de 2010.

Índice¹

Resumo	4
1. Enquadramento e representação das diferentes estruturas étnicas e sociais guineenses	5
2. A edificação e confinação de estruturas étnicas e sociais na Guiné-Bissau.....	7
2.1 O período colonial e a edificação de estruturas sociais.....	8
2.2. Dilema entre estratificação e estatuto no período pós independência.....	13
3. Desafios da (re) construção da nação guineense no período democrático	16
4. O Estado e a representação confinada de relações étnicas, sociais e partidárias.....	18
5. Algumas considerações finais	20

¹ Artigo elaborado pelo autor para a conferência de paz na Guiné-Bissau a realizar em Janeiro de 2011. Agradeço desde já o contributo de Ibrahima Diallo, investigador do INDE (Guiné-Bissau), pela revisão do texto.

Resumo

O presente contributo, intitulado “representação e confinação de estruturas sociais guineenses”, pretende contribuir para a compreensão, ainda que preliminar, da forma como as solidariedades mecânicas entre os diferentes grupos étnicos e sociais, bem como os jogos políticos e ideológicos, contribuem para consensos e conflitos na Guiné-Bissau. A história da formação das diferentes estruturas sociais, que constituem o espaço territorial guineense, testemunha guerras e conquistas, mas também algumas experiências de harmonização e de osmose socioculturais.

A propensão para conflitos e críspação entre diferentes estruturas, em detrimento das tradicionais experiências de consensos e harmonização, tem crescido desde o período da independência, sendo um dos obstáculos ao exercício democrático e construção da Nação guineense. À luz de uma perspectiva histórica e sociológica, o nosso contributo exprime-se na análise do papel das diferentes estruturas étnicas, sociais e políticas na construção do estado/nação guineense, através de consensos partilhados, bem como dos conflitos e divergências de perspectivas e de interesses. Com efeito, as divergências e a propensão para conflitos, entre diferentes estruturas da vida social guineense, não podem ser consideradas apenas como consequência da diferenciação étnica por si, mas também de dimensões socioculturais e socioeconómicas, sendo ainda instrumentalizadas pela tipologia do exercício do poder do Estado moderno guineense.

A política colonial, que tanto contribuiu para o surgimento e melhor enquadramento da estrutura social do assimilado (em maior parte os crioulos), em detrimento do indígena, representa o mote para a diferenciação, bem como para o conflito, no tecido social guineense. Após a independência, a construção de uma nação que permitisse a participação de diferentes estruturas étnicas, sociais e políticas no processo de desenvolvimento testemunhou contrariedades. A própria ideologia da luta de libertação nacional — que tanto contribuiu para a mobilização e unificação momentânea dos guineenses —, nunca foi uma prioridade na governação do Estado moderno guineense. É no contexto desta preocupação que pretendemos dar um contributo académico, numa perspectiva sociológica, procurando testemunhar fragmentos de consensos e de conflitos, nas suas formas de representação e nas regularidades entre as diferentes estruturas sociais (e no interior delas), a partir das dificuldades na construção do Estado moderno guineense.

Palavras-chave: conflito, consenso, confinação de estrutura, etnia, estado, nação.

1. Enquadramento e representação das diferentes estruturas étnicas e sociais guineenses

O termo conflito tem sido usado por diferentes autores e cientistas em diferentes temáticas. Porém, por definição, refere qualquer momento no qual dois ou mais entidades/partes se encontram em situação de incompatibilidade em termos de objectivos (Jacoby, 2008). Não obstante o seu carácter de contrariedade entre as partes, um conflito pode ser considerado como elemento provocador de mudanças sociais, de unificação e reorganização de uma determinada sociedade, ou sinal de falta de harmonização entre os membros de uma determinada comunidade ou grupo. Historicamente, tanto pelos Marxistas (e neo-marxistas), como pelos críticos do Marxismo, as desigualdades económicas têm sido referenciadas como elementos geradores de conflitos sociais e humanos (Simmel, 1964; Gurvitch, 1980). Nesta linha, Robert Park, no seu contributo intitulado a “função social da guerra”, demonstra que, o conflito é uma das formas básicas de interacção humana e é determinante na consciência e auto-consciência do comportamento humano, sendo um elemento constitutivo de qualquer sociedade organizada (Augel e Cardoso, 1996: 87). Ou seja, qualquer estrutura social ou sociedade é passível de conflito, na sua natureza organizativa e evolutiva.

O próprio Estado, enquanto personalidade administrativa e organizativa das instituições sociais e humanas, pode ver-se no centro de conflitos, sobretudo quando no seu exercício constrói favorecimento de certas estruturas, em detrimento de outras (sejam étnicas, sociais e raciais). Por consequência, em várias sociedades e estados, muitas das revoltas promovidas por determinados grupos e/ou estruturas representam expressões de demanda da justiça e liberdade (Kriesberg, 2007). Consequências de desigualdades horizontais e verticais na aquisição e manifestação de poder, assim como do estatuto social (Có, 2006), essas revoltas socialmente organizadas, por vezes espontâneas, podem até constituir uma prática favorável a democracia e conseqüente mudança social. Todavia, as próprias revoltas são irrealistas, não validadas em nenhuma das causas sublinhadas, sobretudo em estados considerados frágeis, correndo o risco de ser destruidores e disfuncionais para qualquer necessidade organizativa democrática, podendo reproduzir espiral de conflitos, perturbação da ordem social e conseqüente degeneração do Estado.

A Guiné-Bissau é um país com mais de uma dezena de grupos étnicos representativos, distribuídos nas oito regiões do país, incluindo a capital Bissau. Este mosaico é constituído, por um lado, pelos muçulmanos (liderados maioritariamente pelos Fulas, Mandingas e Biafadas), por outro, pelos animistas (liderados maioritariamente pelos Balantas, Manjacos, Pepeis e Mancanha). Existe ainda o grupo dos crioulos, que não se identificam etnicamente, sendo produtos de mestiçagem étnica e racial, e professam em boa parte a religião cristã. O grupo étnico dos crioulos é aqui entendido como uma estrutura social constituída essencialmente por indivíduos mestiços, cabo-verdianos ou seus descendentes, luso-africanos, e alguns autóctones que, pelo seu estatuto social, deixaram de se identificar etnicamente. A formação e sedentarização de boa parte destes grupos étnicos, no espaço territorial guineense, também se deve às migrações e mobilidades internas, sendo algumas delas provocadas pelas perturbações da luta de libertação nacional (Carreira, 1952; Cabral, 1974).

As dinâmicas migratórias internas foram em boa parte, devido à solidariedade mecânica entre os diferentes grupos étnicos, geradoras de osmose socioculturais. Disso o exemplo dos grupos étnicos dos Balanta-Manés e dos Mansoncas etc., e das diversas similaridades culturais e rituais entre diferentes práticas étnicas e religiosas entre os grupos animistas e muçulmanos. O grupo étnico dos Mandingas, que posteriormente adoptou a prática e consagração muçulmana, continua a apresentar alguns vestígios, convívios e consagrações animistas em certas zonas da região de Oio (norte do país). De facto, o espaço geográfico condiciona bastante o estilo de vida e aculturação das novas práticas culturais nos diferentes grupos étnicos. Os Mandingas de Morés (região de Oio), são disso o exemplo, bem diferentes dos da região de Gabú e Bafatá. Na mesma linha de osmose e aculturação podemos referir o grupo étnico dos Mansoncas (região de Oio). Este grupo partilha duas consagrações distintas: uma praticada pelos designados Mansonca-Cincho, definida pela aculturação animista dos Balantas; e outra, pelos designados Mansonca-Garandi, influenciada pela aculturação muçulmana dos Mandingas.

Não obstante essa escolha e definição religiosa de cada grupo, existe uma convivência pacífica entre as duas partes, havendo convívios intra-familiares que testemunham essa harmonia. Essas formas solidárias de convivência entre os diferentes grupos étnicos são seculares e até primitivas. Se recuarmos alguns séculos atrás, com o império do Mali, governados pelos Mandingas, podemos testemunhar que existia uma tolerância religiosa. A

sua hegemonia manifestava-se apenas na submissão económica das outras estruturas étnicas, mas não no aspecto ideológico e religioso. Segundo Ki-zerbo, o império era caracterizado pela existência de um islão que aceitava práticas animistas, sendo os camponeses na sua maioria animistas tolerados pelo Mansa (imperador), tendo apenas a reserva de obediência e pagamentos de tributos (Ribeiro, 1989:224)

2. A edificação e confinação de estruturas étnicas e sociais na Guiné-Bissau

O termo estrutura vem do latim *struture* que significa edificar, ou *structura* que significa construção de ideais próprios. Essa construção pode ser latente, e normalmente manifesta-se numa sociedade, de forma durável e estável, através de grupos, colectividades e/ou indivíduos (Birou, 1978). Deste prisma, podemos considerar a sociedade guineense, devido a sua característica multicultural, como um conjunto de edificações e construções de diferentes estruturas étnicas, sociais que habitam em espaços específicos, manifestando tradicionais, consagrações e estilos de vida próprios.

Ao longo dos anos, a coabitação entre diferentes estruturas testemunhou solidariedades, mas também guerras e conquistas ao poder e do espaço territorial. Se por um lado, por volta de 1840, temos a invasão dos Futa-fulas ao Gabu, já na década seguinte assistimos a solidariedade dos Balantas que se aliaram aos Oincas (Mandingas de Oio), dos Papeis aos chamados Grumetes (da ilha de Bissau) na resistência à conquista colonial (Handem, 1989; Ribeiro, 1989). Essas resistências, que as vezes terminavam em emigração para o Sul do país, também foram testemunhadas por René Pélissier (1989) ao demonstrar que, até 1910, o colonialista português nada conseguira fazer aos indígenas do espaço territorial guineense, tendo sido necessário recorrer aos “mercenários” muçulmanos e a massacres para impor o colonialismo. Porém, para certos analistas, as alianças entre os diferentes grupos étnicos e religiosos, que em certos momentos permitiram uma resistência a ocupação colonial, não representavam uma consciência da identidade Nação guineense. Representavam apenas uma consciência de unificação entre as diferentes estruturas étnicas, com um grau de profundidade nunca antes verificado, consequências da repressão colonial (Lopes, 1989; Santos, 1989).

Essas resistências também se estendiam à estrutura social crioula (os chamados cidadãos, e/ou assimilados), através de diferentes formas reivindicativas. Disso, o exemplo de alguns guineenses de centros urbanos, em 1911, terem reivindicado a particularidade da cultura

guineense, em detrimento dos modos e imperativos de aculturação de que eram objecto pela política colonial portuguesa (Handem, 1989). Pela sua formação e cultura, a estrutura representada pelos crioulos, veio a reproduzir os precursores do nacionalismo e da ideologia da luta da libertação nacional. Em contrapartida, as estruturas representadas pelos diferentes grupos étnicos foram os alicerces e vanguardas desta ideologia, e conseqüentemente da luta de libertação da libertação nacional.

Anos após a independência, a experiência (na administração de um Estado novo) testemunha a transfiguração ou representação destas duas estruturas (crioula e étnica) em classes (passíveis de conflitos), sendo os crioulos considerados o mais “civilizados” e a estrutura dominante, ocupando cargos administrativos privilegiados e de governação (Monteiro, 1993). O Estado nunca se preocupou em adoptar medidas e políticas integradoras de outras estruturas e suas camadas sociais (caso dos camponesas), tanto a nível de formação e educação, como a nível da vida económica através de capacitação dos meios de produção. Essa realidade, que desvirtuava a ideologia da luta armada, foi permitindo a auto-consciência das estruturas e conseqüentemente de classes, assim como a hibridação de bolhas de conflitos na sociedade guineense. A partir do período democrático, com a massa populacional convidada a escolher os dirigentes do Estado, em certos momentos, concretamente após a guerra 7 de Junho, assistimos uma inversão da pirâmide, no acesso destas estruturas ao poder, e mudança de estatuto social de diferentes grupos sociais. Hoje em dia, tanto a estrutura crioula como a étnica testemunham experiências e prerrogativas do poder e da administração do Estado guineense. Essa realidade, de acesso mútuo ao poder, em certos momentos partilhados, tem despertado a própria consciência das estruturas, através da confinação das escolhas eleitorais guineenses (Có, 2006).

2.1 O período colonial e a edificação de estruturas sociais

Segundo Fichter, a sociedade é uma colectividade organizada de pessoas que habitam num território ou espaço comum, cooperando em grupos [de diferentes estruturas] com vista a satisfazerem as necessidades sociais fundamentais, através da partilha de uma cultura comum e unidade social própria (Birou, 1978). A unidade social de uma determinada sociedade deve ser entendida como consequência de reprodução positiva das diferentes comunidades e

estruturas (étnicas e sociais). Para vários autores, como Ferdinand Tönnies e Max Weber, entre outros, a vivência em comunidade, melhor manifestada nas sociedades tradicionais e/ou em espaços rurais, baseia-se no sentimento de pertença, em laços de sangue, no afecto sentimental do “nós” como um todo cultural e social (Aron, 1998, Birou, 1978). No contexto africano, podemos demarcar grupos étnicos, como conjunto de pessoas agrupadas em espaços territoriais segundo traços culturais, mitos e consagrações, os quais representam instituições de capital importância na construção e percepções das organizações das sociedades. Vários grupos étnicos — como os Mende, os Mandingues, os Yoruba, os Tutsi, os Oromo, os Tigre etc. — e diversas migrações e osmose socioculturais permitiram reproduções matizadas de outros tantos grupos étnicos difusos em todo o continente (Ekanola, 2004).

Na Guiné-Bissau, o período colonial constitui um momento importante na formação e edificação de estruturas sociais na sociedade guineense. Os principais grupos étnicos que constituem a sociedade guineense conheceram períodos de conflitos, solidariedades, migrações e subordinações forçadas. As mobilidades e migrações entre (e de) vários grupos étnicos, mesmo para alguns grupos étnicos menos propensos a migrações internacionais, caso dos Balantas, testemunham uma fonte indispensável na construção cultural, social e política do território hoje denominado Guiné-Bissau. Todavia, alguns autores defendem que a migração do grupo étnico Balanta foi, durante o século XV, consequência das represálias de alguns povos do então Império Mandé (cf. Drift, 2000). Apesar de alguma discussão académica sobre a origem deste grupo étnico, a dimensão e extensão no território nacional é de extrema importância. De facto, muitos dos Balantas emigraram do Norte (Oio) para o Sul do país, devido a razões económicas de produção de auto-subsistência (do arroz). Essas mobilidades terão tido como propulsor o senhor N’Cuia na Isna, um jovem que terá crescido numa das tabancas (morança) de Mansôa (Oio) e que descobriu a zona Sul do país como estratégica para o cultivo do arroz (Hawthorne, 2000). Outra verdade sobre as causas da mobilidade deste grupo étnico poderá ser compreendida entre 1879 e 1914, referente à governação de Pedro Inácio de Gouveia. Assim, para além das questões económicas, havia resistências aos trabalhos forçados que esse grupo étnico sofria na zona Norte, por intermédio de alguns indigitados pela então administração portuguesa, caso de N’Dafá Kubala (de etnia Balanta), chefe de tabanca em Jugudul, e outros de origem muçulmana — contrariando a tradição de um grupo que não aceitava hierarquias e concentrações de poder num só indivíduo ou casta (Hawthorne, 2000). Devido a várias acções militares do colonialismo

português contra os Balantas na região de Oio, houve várias deslocções forçadas para a zona Sul do país (Drift, 2000).

Contrapostos aos Balantas, com maior tradição de hierarquias e conquista do poder, e maior colaboração a política repressiva do colonialismo português, encontram-se os Fulas (que também representam, em volume, um dos mais importantes grupos étnicos do país). É um grupo que em certos momentos da história testemunhou subordinações, mas também conquista. Segundo René Pélissier (1989), o grupo étnico dos Fulas, por migrações, invasões e mestiagem, pode ser caracterizado, de forma particular, como um dos mais “perturbadores” da história guineense entre 1850 e o final do século XIX. Originários de Futa-Djalón [Guiné Conacri], por sucessivas investidas destroem o estado Mandinga de Gabu e favorecem a ascensão em força dos seus primos, os Fulas-Forros ou Fulacundas, que os tinham chamado em socorro. Estes por fim revoltam-se contra os seus hospedeiros Mandingas que, em boa parte como consequência, foram expulsos e/ou assimilados (cf. Pélissier, 1989; Hawthorne, 2000; Ribeiro, 1989).

A par dos Balantas e Fulas, os brames (Manjacos, Mancanhas e Papeis) também são dos principais grupos animistas, importantes em volume e consagrações socioculturais entre as estruturas étnicas guineenses. Esses últimos testemunham a complexidade e mistura cultural entre povos autóctones, essencialmente na região denominada Cacheu (Crowley, 2009). Alguns estudiosos associam esses três grupos étnicos aos Felupes e Biafadas. Isto, para além de algumas similaridades culturais, vários contos/fontes orais dos Papéis da região de Biombo e dos Manjacos da ilha de Pecixe testemunharem ser originários da região de Quínara (de predominância dos Beafadas). Etnógrafos como António Carreira e Fernando Rogado Quintino, nos seus trabalhos, sublinham que, segundo a lenda, terá sido o senhor Mecau, descendente de um poderoso rei de Quínara, que terá chegado à ilha de Bissau, durante as suas viagens de caça, e por aí terá estabelecido e fundado o seu reino, neste caso, o dos Papeis (Carvalho, 2000: 233). Pela sua história, são grupos que testemunharam as mais nefastas repressões do colonialismo português, durante as suas campanhas de repressão colonial. Léopold Sédar Senghor no seu prefácio ao livro de René Pélissier, sublinha que “as repressões coloniais ou, *ad libitum*, estas guerras, são quase sempre dirigidas, não tanto contra os “revolucionários” das cidades, os mestiços, os cristãos, até mesmo os muçulmanos, mas contra os povos animistas: os Papéis, os Balantas, os Felupes e outros Biafadas.” (Pélissier, 1989:20).

Com efeito, a política do colonialismo português — de dividir para reinar — deixou os seus males e disseminou crispações latentes entre as diferentes estruturas do tecido social guineense. Parafraseando René Pélissier (1989:31), “não é o menor dos paradoxos desta conquista cristã da Guiné [por parte do colonialista português], dizer que ela se exerce com o apoio de outros conquistadores vindos de Leste (Futa-Djalón) ou do Norte (Senegal)”. As guerras de conquista colonial (ditas campanhas de pacificação) entre 1913 e 1915 encontraram dois elementos coadjuvantes. Por um lado, o pacto estabelecido com o grupo étnico Fula, por outro, a predisposição do grupo crioulo (também designados de assimilados) em apoiar a conquista colonial (Ribeiro, 1989; Pélissier, 1989). É neste contexto de dominação colonial que surge uma outra estrutura (de natureza social e racial) importante para a história e formação da Guiné-Bissau enquanto Estado. Durante algum tempo, as estruturas raciais e sociais guineenses estão intrinsecamente ligados aos mestiços luso-guineenses e aos de origem cabo-verdiana que residem na Guiné-Bissau. No limite de cruzamentos biológicos, estes intermediários, precursores dos assimilados locais, desempenharam um papel económico e político importante, ainda que ameaçados pelos progressos da implantação metropolitana (Pélissier, 1989:36).

O colonialismo português, nas suas formas de organização e dominação colonial, no objectivo de um melhor controlo político e económico dos «indígenas», precisava de intermediários (governadores, administradores e chefes de postos) e dos chamados «cipaios» e chefes de tabancas para o controlo e reprodução do sistema de exploração vigente na altura. Assim, os crioulos pela sua origem, mistura racial, formação e aculturação representavam “o fiel da balança” e “trampolim” de passagem para a fase de dominação efectiva dos colonialistas portugueses (Ribeiro, 1989). As desigualdades entre as diferentes estruturas, no período colonial, favoreceram a formação, ainda que latente, de aquilo que Ralf Dahrendorf chama de *underclass*, condicionada pelos rendimentos e estatuto social dos indivíduos. Assim, o colonialismo provocou desintegrações étnicas e sociais na sociedade guineense (cf. Lopes, 1989). A própria estrutura social dos crioulos, mesmo pela sua natureza aparente e homogénea, apresentava repartição de posições, entre os que mais se aproximam da componente portuguesa (caso Honório Barreto) e uma grande maioria mais próxima da componente africana (os grumetes) (Ribeiro, 1989). Já existia na altura uma representação de classes na sociedade guineense. Na Guiné-Bissau, até 1960, apenas um por cento (1%) de toda a população detinha educação elementar ou básica, e 0.3 % eram considerados

“assimilados”. Havia apenas uma escola secundária oficial, mas cerca de 60% dos seus alunos eram europeus e não existia nenhuma escola secundária das missões católicas/franciscanas, à semelhança do que existia em Cabo Verde. Por conseguinte, até essa data (1960), apenas 11 africanos da Guiné-Portuguesa haviam atingido uma licenciatura universitária, não obstante serem considerados “portugueses assimilados” (cf. Davidson, 1975; CIDAC, 1976; Afonso, 1996).

Na procura de consensos e unificação entre a população guineense, a luta de libertação nacional, contra o colonialismo português, jogou um papel importante na promoção de solidariedades e interdependências entre diferentes estruturas (étnicas e sociais). O “debate” sobre a construção da nação guineense é muitas vezes relacionado com a questão de durabilidade e fiabilidade dos sucessos (unificação entre as diferentes estruturas) alcançados durante os 11 anos da luta armada. No entanto, vários contributos sublinham a precariedade desta unificação e a sua insuficiência na construção de uma nação guineense. Ao contrário do que o senso comum afirma, esse período apenas testemunhou solidariedades momentâneas baseadas num objectivo específico, o da libertação da opressão colonial (Lopes, 1989; Santos, 1989). As solidariedades evidenciadas entre as diferentes estruturas étnicas e sociais referenciavam apenas as zonas libertadas — o que pressupunha apenas e exclusivamente a construção de uma contra-sociedade, oposta ao então Estado colonial (Lopes, 1989; Handem, 1989). Todavia, por transitórias que fossem, essas solidariedades no quadro ideológico da luta da libertação nacional representavam também alicerces para uma possível construção da nação guineense (Santos, 1989).

Por conseguinte, durante quase vinte anos de «resistência moderna» — que testemunhou certas solidariedades entre estruturas — o país conheceu vagas de nacionalismo sem nação. Isto porque cada estrutura étnica estava ligada a sua própria racionalidade e condição socioculturais (Lopes, 1999). A política colonial, que tanto contribui no favorecimento de uma estrutura racial e social (cabo-verdiana) em detrimento das estruturas étnicas, contribui para criar junto de muitos guineenses (identificados etnicamente) uma ideia pouco abonatória dos cabo-verdianos (Pereira, 2002). Longe do consenso esperado e desejado, entre diferentes estruturas, o assassinato de Amílcar Cabral foi uma prova de um contexto de conspiração e agitação de militares guineenses em relação aos elementos cabo-verdianos ou de origem

cabo-verdiana (Pereira, 2002)². Apesar de tudo é razoável a afirmação de que, por algum tempo, o PAIGC terá conseguido a conjugação inter-étnica, na medida em que se verificou uma mobilização relativa — embora em graus diferentes — de quase todas as etnias. No entanto, a direcção política era exclusiva de uma camada urbana e mais escolarizada (os crioulos descendentes dos Portugueses e dos Afro-Portugueses, normalmente assalariados), fruto da política colonial, que tanto privilegiou certas estruturas em detrimento de outras (cf. Lopes, 1999).

2.2. Dilema entre estratificação e estatuto no período pós independência

A estratificação social é um processo social, pelo qual os membros de uma determinada sociedade e/ou colectividade se sobrepõem de forma consciente e inconsciente em estratos, e/ou em camadas diferenciadas. Em certas circunstâncias pode confundir-se com o estatuto social, uma vez que este último, segundo Ralph Linton, representa um lugar que determinado indivíduo pode ocupar num sistema particular, em dado momento (Birou, 1978). De forma geral, a estratificação social também se refere a posição social que um individuo pode usufruir numa sociedade e/ou grupo, através de conquistas duráveis, podendo ser adquirida, mas sendo em boa parte herdada familiarmente ou geracionalmente. No contexto guineense actual, o estatuto e a estratificação sociais apresentam, na maioria dos casos, situações muito difíceis de descortinar, e constituem dilemas importantes na compreensão de conflitos guineenses (sejam sociais, políticas e militares). Nesta linha, alguns contributos demonstram que os critérios de definição e edificação destes dois conceitos e conseqüente interpretação estão intrinsecamente ligados a política e os interesses do poder colonial (Monteiro, 1993): conseqüências da política colonial, bem como de experiências vividas durante o período da luta de libertação nacional, que tanto permitiu a dicotomia de classes sociais.

Se os promotores da ideologia que tanto permitiu a mobilização da massa para a luta armada eram da estrutura da elite crioula, a massa popular era liderada pelas estruturas étnicas (donde

² “Quando discutíamos a questão da sucessão de [Amílcar] Cabral à frente do PAIGC, percebemos que muitos guineenses não foram apenas movidos pelo anti-cabo-verdianismo, mas também por um certo receio de que a continuação de um responsável, ao mais alto nível, de origem cabo-verdiana ou cabo-verdiano, na direcção, pudesse significar a destruição do Partido ou viesse a dar num outro assassinio” (Pereira, 2002: 223).

o grupo Balanta se sente maior representado) que reivindicavam ser promotores da independência e detentores, pelos seus indignatos, da “terra” (espaço territorial guineense). A forma de participação e o papel que cada uma das estruturas jogou durante a luta armada permitiu que, logo após independência, se testemunhasse o dilema (a dualidade) entre a estratificação social, reivindicada pela estrutura crioula, e o estatuto social reivindicado pelos representantes de estruturas étnicas. Depois da independência, em 1973, diferentemente da ideologia que permitiu a mobilização massiva para a luta armada, uma nova lógica das relações de poder na construção do Estado impunha-se (Lopes, 1999). Se, por um lado, a direcção política do PAIGC (principal partido para a libertação do povo da Guiné e Cabo Verde), essencialmente representada por indivíduos da elite crioula, era a indicada para a governação do novo Estado independente, por outro, uma outra estrutura que gozava de um prestígio e estatuto, pela conquista através das armas, ambicionava uma posição de reconhecimento na sociedade em geral, bem como no aparelho administrativo do novo Estado.

Igualmente, assistimos a um novo Estado, emergido da luta de libertação nacional, defrontando a difícil tarefa de harmonizar e dinamizar os processos sociais, políticos, culturais e económicos conducentes à formação da Nação guineense (Cardoso, 1989). A complexidade das estruturas étnicas, sociais, político-militares de nada contribuiu para a formação do Estado e nação guineenses. Assim, a nível do aparelho de Estado, os critérios de selecção e de estratificação social foram em boa parte herdados, pela estrutura crioula, do partido que mais contribuiu para a conquista da independência, o PAIGC (Monteiro, 1993). O PAIGC (partido no poder), nos primeiros anos de independência, ainda tentou exercer a sua função político-ideológica, através de promoções de alguns dirigentes, heróis da luta, a altos cargos do Estado. Essa filosofia, porém, veio a enfraquecer com a necessidade da promoção de competências técnicas, que se impunha na edificação de modelos de desenvolvimento, o que na visão de muitos punha em perigo os laços da unidade nacional (Cardoso, 1989), testemunhando a condição refém de um Estado.

O novo Estado teve grandes dificuldades e nunca soube pôr em prática a ideologia que tanto permitiu a mobilização da massa popular e conquistas sociais da luta armada. Por exemplo, a estrutura do Sistema Nacional de Ensino e Formação, criada logo após a independência, privilegiava mais a classe elite e/ou estrutura crioula, em detrimento de outras (Lopes, 1988), o que contrariava a ideologia da luta de libertação nacional, como uma luta também cultural.

Por consequência, como afirma o sociólogo guineense Isaac Monteiro, é preciso sublinhar que o grau de aceitação e de mobilidade ascendente dos Manés, M'Banas ou Djalós depende fortemente do seu grau de criouliização, em detrimento das suas marcas e traços étnicos originários (Monteiro, 1993). O que testemunha que o novo Estado tinha dificuldades na harmonização e gestão de diversidades. Todavia, no seio do PAIGC (Estado) agudizavam-se cada vez mais contradições de interesses e de classes, dando um certo número de acontecimentos políticos, que culminaram com o golpe de Estado de 1980, denominado movimento reajustador 14 de Novembro (Lopes, 1999). A crise político-militar, fruto da própria desintegração do (novo) Estado, deu origem a várias mudanças e rupturas profundas no aparelho político, partidário e estatal guineense (PAIGC), pondo definitivamente em perigo a já frágil ideologia-política de unidade nacional vinda da luta armada.

À semelhança daquilo que se passa em outras partes da África, a identidade política singular e unidimensional está cada vez mais ameaçada pela identidade cultural múltipla e cumulativa (cf. Mandani, 2004). As crispações étnicas que os países africanos enfrentam hoje devem ser compreendidas como um fenómeno consequente do mundo moderno, um produto do colonialismo e lutas políticas contemporâneas, não como consequência do passado primitivo (Ottaway, 1999). Outros argumentos têm sido citados por outros tantos intervenientes. Devido aos estados fracos e frágeis, os neoliberais têm conseguido penetrar com facilidade nos assuntos internos do continente africano, destruindo as coesões existentes e possibilidades de unificação nacional, ora através de grandes empresas ora através de países vizinhos, exemplo da guerra do Congo (Taylor, 2003). No caso guineense, após o golpe de Estado de 14 de Novembro de 1980 o Estado nunca conseguiu harmonizar, a partir das conquistas sociais da luta armada, os interesses da elite crioula e da massa populacional em geral. Devido a interesses centralizados numa estrutura (elite), a racionalidade estatal transforma a ideologia, adapta-a aos novos desejos, cria uma aliança de interesses entre a elite crioula que participou na luta de libertação nacional e a que a ela resistiu; por conseguinte, o PAIGC (partido-Estado) transforma-se numa correia de transmissão de todas as contradições vividas pela sociedade guineense (Lopes, 1999:21). Os valores socioculturais do grupo crioulo eram dominantes, quer nos aparelhos ideológicos de estado, quer nas instituições governamentais (Monteiro, 1993). Porém, uma contradição, prenúncio de conflitos, impunha-se. Se por um lado, o jogo político era determinado por uma estrutura elite dominante, por

outro, testemunhavam-se dificuldades de esta estrutura por si controlar as transformações e evoluções da própria sociedade guineense (Lopes, 1999).

3. Desafios da (re) construção da nação guineense no período democrático

Os estados africanos estão hoje, eu diria, sob uma intensa pressão, por parte da Comunidade Internacional e do seu povo, para o cumprimento de uma boa governação e consolidação do processo democrático. Vinte anos (1990-2010), ainda persistem largos contrastes e descontinuidades da democracia em África. Disso, o exemplo de vários conflitos e golpes de estado, na maior parte dos países africanos, no período democrático. Entre vários possíveis contributos, o quadro da preocupação académica e científica sublinha abordagens, tais como: a origem do processo democrático e sua viabilidade; a adaptação difícil das eleições pluralistas e seus actores; a influência dos “mídias” e a da sociedade civil no processo de governação e de democracia etc. Nesta perspectiva podia-se questionar em torno numa pergunta essencial, sobre a viabilidade do modelo democrático ocidental num contexto africano ainda em crescimento a todos os níveis, e com diversidades étnicas, raciais e sociais significativas. As constantes instabilidades, nas suas diversas formas de manifestação e perenidade (com envolvimento de actores locais, nacionais, regionais e internacionais) podem, por um lado, representar uma experiência, ainda que cruel, de crescimento e, por outro, podem representar indicadores de incoerência deste sistema (de origem grega) no continente.

Nesta preocupação, ressaltam-nos preocupações ligadas a construção das nações africanas. A Nação enquanto comunidade humana que partilha o mesmo território, interesses, costumes comuns, deve ser objecto de análise profunda. Segundo Birou (1978) a nação, enquanto unidade, exprime-se através de instituições comuns e, normalmente cultural é simultaneamente política e económica. De facto, a realidade democrática africana tem testemunhado alguma associação entre as eleições, através de escolhas de candidatos, e confinações étnicas (Có, 2006). Essa confinação de escolhas traz em debate a questão da formação da Nação no continente africano, enquanto povo, consciente de uma comunidade de tradições culturais, de interesses, em função da história e do seu ideal. Por conseguinte, a identidade nacional e a conseqüente harmonia da nação (condições de uma Nação/Estado) pressupõem duas condições: em primeiro lugar, um projecto global de empreendimento

comum e, em seguida, a identificação e auto mobilização na adesão dos membros ao projecto (cf. Birou, 1978:271). Sobre a nação guineense, vários contributos têm sido sublinhados, porém, testemunham a ausência de uma verdadeira nação guineense, por consequência, de um projecto global, como elemento aglutinador e integrador das diferentes sensibilidades/estruturas (sociais, culturais, étnicas etc.). De facto, o conceito nação implica uma mobilização e convergência de diferentes valores num projecto comum, partilhado e durável. Como sublinha Isaac Monteiro (1993:351) é indispensável que, no processo de (re) construção da nação guineense, se tome em consideração a historia dos diferentes grupos sociais e étnicos, através de um processo de integração nacional.

A sociedade guineense, a semelhança dos outros países africanos, vive uma diversidade sociocultural e religiosa diferenciada. Porém, os efeitos negativos da diferenciação social, cultural e étnica têm sido manifestados a partir da independência, obrigando o país a vários conflitos, alguns deles violentos. Na verdade, estas crises não podem estar dissociadas da representação e confinamento de estruturas sociais e da forma como o próprio estado tem administrado o poder ao longo dos anos. Mesmo antes da independência a desarmonização entre a estrutura social e étnica era evidente, no seio do próprio Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), principal força política e militar³. Após independência, o dilema entre o estatuto e estratificação sociais ficou patente na formação do novo Estado guineense. O golpe de estado em 1980, através do movimento “reajustador” 14 de Novembro, foi fruto dessa crise latente. Durante os anos seguintes o país conheceu vários episódios de conflitos, tentativas de golpes de estado, sendo que o caso 17 de Outubro de 1985 (com assassinato de alguns dirigentes de estado) o caso mais sonante desse período. Porém, com a implementação do multipartidarismo em 1991, o país viveu o seu mais desumano conflito, iniciado em 7 de Junho de 1998 a Maio de 1999. Em seguida, episódios constantes de violência, golpes, assassínios e assaltos ao poder, ora por via democrática através de confinamento de votos, ora por via da violência, testemunhando espiral de instabilidade política, social e económica com precedentes.

³ O assassinato do seu líder histórico, Amílcar Cabral, é disso a prova real dessa verdade.

4. O Estado e a representação confinada de relações étnicas, sociais e partidárias

A noção de Estado surge a partir do século XV, após a crise do sistema feudal, e está associada à afirmação de uma autoridade política soberana, que se exerce sobre um território delimitado (Riutort, 2004). Segundo Eric Weil, o Estado é uma organização política de uma comunidade própria e histórica, constituída por uma Nação (Birou, 1978). Daí, a relação entre o Estado e a Nação ser caracterizada fundamentalmente pela obrigatoriedade de gerência das diferentes estruturas (étnicas e sociais), através de controlo de fronteiras, bem como dos processos de veneração e homogeneização cultural, de subordinação e integração das minorias (Castles, 2004). O Estado é um actor indispensável em qualquer projecto de transformação social. Com efeito, muitos dos estados africanos alteraram as suas constituições para se tornarem em sociedades multiculturais e integradoras (Oluskoshi, 2004).

Após as independências, devido a própria imposição dos processos dos movimentos libertadores, os modelos de desenvolvimento adoptados pela maior parte dos países africanos, essencialmente da África subsaariana, não eram os melhores, tendo em conta os recursos e capacidade humanos vigentes (Ottaway, 1999). Mais que Europa, Ásia e América, a África tem sido objecto de rápidas mudanças sociocultural, política e económica. Por conseguinte, muitos dos movimentos étnicos são expressões de demanda de justiça e liberdade, da opressão dos seus membros por outros grupos, do nepotismo na distribuição de cargos públicos e da imposição de outras culturas dominantes (Nnoli, 1998). A própria militarização do poder político em vários países em África deve ser compreendida como um indicador do próprio falhanço do Estado e das suas políticas. A origem da militarização do poder em África, onde a maior parte das independências teve lugar através de conquistas por via armada, deriva das dificuldades que os próprios estados africanos têm em administrar e gerir as diferentes estruturas e sensibilidades do seu tecido social (Claphan, 2004).

A formação de partidos com suporte em escolhas e confinamento étnicas constitui um dos desafios dos processos democráticos africanos, apesar de ser um fenómeno global. Neste sentido, alguns exemplos testemunham essa preocupação, que pode destruir a frágil unidade (elemento base da nação) entre as diferentes estruturas. Disso o exemplo do Burundi, onde as eleições de Junho de 1993 deram vitória ao partido de etnia Hutus. Todavia, os Tutsis que controlavam a armada militar não aceitaram ceder o poder, originando-se uma guerra civil,

após o golpe de estado de Outubro do mesmo ano, com mais de 800.000 genocídios (Ottaway, 1999; Rothchild, 1999). Outro exemplo de tensões étnicas é a Etiópia, onde o regime que chegou ao poder em 1991 foi obrigado a reestruturar o país em diferentes federações e regiões étnicas (Ottaway, 1999). De forma geral, contributos de diversos (especialistas e organizações) têm demonstrado que existe uma ligação entre etnicidade e conflito, por um lado, e etnicidade e afirmação democrática por outro. Após o período de democratização em África, essa associação tem sido evidenciada, obrigando os partidos a dificuldades de definição ideológica, sendo atraídos por secções em que impera a mobilização em base étnicas através dos seus programas (Ottaway, 1999). Existem actores sociais e políticos que destes conceitos (eticidade e democracia) forçam e retiram o máximo proveito político em prol das suas ambições políticas, sobretudo em momentos de transição e de regimes políticos (Vorrath, 2007).

Os estados africanos continuam a enfrentar as implicações de manifestações de nacionalismo baseado em pertenças e representações étnicas. Esta atitude é particularmente perigosa, pois a mudança política e o processo democrático em curso, em quase toda a África, tornaram mais agudas as tensões étnicas em muitos países, destruindo mecanismo que regulavam as relações étnicas mantidas entre os mesmos no passado (Ottaway, 1999:299). Para Kiklas Luhmann, a democracia, em si, não é o melhor sistema político por causa de uma suposta superioridade moral, mas sim, porque ela é melhor do que qualquer outro, e pressupõe a integração e neutralização de diversos conflitos numa determinada sociedade (Augel e Cardoso, 1996). Não obstante esse quadro teórico, por culpa da própria imaturidade do Estado, a democracia africana enfrenta uma crise de autoridade política face à autoridade militar. Essa situação põe a frágil democracia em situação de prestação dual de serviços: por um lado, construir e consolidar novas instituições políticas no sector civil; por outro, facilitar e reconstruir a autoridade militar (Hutchful, 1997). Essa verdade elucida a realidade da situação político-militar e partidária que se vive na Guiné-Bissau neste momento, com assassinatos do Presidente da Republica e de vários chefes de Estado Maior das Forças Armadas, e com golpes de Estado. Por outro lado, os obstáculos mais sérios aos processos de transições e consolidações democráticas continuam a estar enraizados nas fragilidades das condições socioeconómicas, que caracterizam os Estados e sociedade africanas (Gordon, 1997).

Neste desafio, para além da situação de dificuldades económicas que a Guiné-Bissau tem enfrentado ao longo dos anos da sua independência, têm-se testemunhado várias fragilidades

no processo de construção da nação guineense. À semelhança de outros países africanos, e diferentemente da Europa ocidental, o surgimento do Estado não foi resultado da constituição de uma nação, pelo contrário, é ao Estado reservado o papel da construção da nação (Cardoso, 1989). Durante o período de delimitação do espaço territorial guineense, definida em 1886, a partir da conferência de Berlim, quase nenhum dos grupos étnicos e populações do território estavam organizados em Estado ou poderes centralizados. Apenas se testemunhavam algumas coexistências pacíficas de alguns grupos com outros, sem que houvesse de facto relações evidentes de dominação entre os mesmos (Santos, 1989).

Todavia, os actuais problemas que afectam a consolidação democrática na Guiné-Bissau não são resultado estritamente dos problemas étnicos, mas sim consequências negativas das “solidariedades confinadas” (escolhas baseadas na confiança, proximidade e valores partilhados). Alguns agentes políticos lançam racionalmente em jogo aquilo a que se chama “sentimentos colectivos”, procurando “caçar” votos ou reconhecimentos através de identidades partilhadas, maximizando o seu capital social. Por conseguinte, os “sentimentos colectivos” desempenham um papel importante na vida social e na mobilização dos indivíduos, através de corroboração das identidades. A tomada de consciência da própria “consciência colectiva” e dos “problemas colectivos” pode provocar uma cooperação voluntária entre os membros de uma determinada comunidade. Na Guiné-Bissau temos testemunhado essa verdade, eleições após eleições, com surgimento de candidatos com suporte nas suas estruturas confinadas: o que pode constituir, ainda que democraticamente aceite, um foco de elementos de crispação e mote para predisposição a conflitos, através do “contágio social”. Dai, a existência e reprodução híbrida de estabilidade político-militar, vários pactos de estabilidade governativa, e crispações internas (de vários grupos de interesses) no seio das várias estruturas político-partidárias.

5. Algumas considerações finais

Na nossa análise, somos da tese de que não será fácil, no debate e processo democrático africano, em particular guineense ultrapassar tão cedo as questões de confinamento das estruturas (sejam elas étnicas, sociais, raciais e/ou religiosas). Cada vez mais há uma tomada

de consciência de confinação de identidades, por parte dos membros das diferentes estruturas. Essa racionalidade e tomada de consciência têm sido manifestadas através de alinhamento e escolhas eleitorais, bem como nas formas de promoção e acesso ao poder administrativo e estatal na Guiné-Bissau: elementos que fragilizam a (re)construção do Estado e promovem reproduções cíclicas de conflitos e instabilidade sociopolítica e militar. Em consequência, o desenvolvimento económico, educacional e/ou de todos outros elementos da modernização terá dificuldades em fazer desaparecer as escolhas baseadas em confinações de estruturas (étnicas, raciais e sociais). Neste caso, os desafios do Estado guineense, como de outros tantos países africanos, consiste em aceitar a inevitabilidade das diferenças étnicas e sociais e, por consequência, procurar encontrar uma forma de gestão e harmonização entre as duas estruturas, de modo a evitar conflitos (latentes e manifestos), e a consequente instrumentalização e manipulação da população em geral, por parte dos actores e estruturas partidários.

De forma geral, até a data presente, não se pode falar de conflitos interétnicos (significativos) entre os deferentes grupos que compõem o tecido social guineense. Em certos momentos da formação das identidades étnicas e sociais guineenses houve alianças, osmoses e reproduções étnicas e socioculturais. Os grupos étnicos Mansoncas, Balanta-Manés, entre outros, são disso o exemplo. Por contraste, o Estado, no seu papel administrativo e personalidade integradora de diferentes fragmentos da sociedade guineense, não tem sabido desempenhar esse papel de harmonizador. Pelo contrário, tem sido objecto de várias conjecturas e experimentações políticas (pessoais e partidárias) desde a independência até a data presente. É preciso sublinhar que a própria solidariedade entre diferentes estruturas sociais guineenses que o PAIGC conseguiu em momentos da luta armada, através da sua ideologia da independência, está manifestamente ameaçada, sobretudo, neste período democrático.

É imperativo neste período democrático, que tantos episódios de conflitos testemunhou, que os desafios actuais do Estado guineense estejam intrinsecamente ligados à obrigatoriedade de construir uma nação integradora (com diferentes estruturas), de modo a maximizar consensos e minimizar conflitos entre os mesmos. Caso contrário, o país continuará refém da actual montagem político-social, que tende a fragmentar estruturas sociais (étnicas, raciais e políticas) e a reproduzir de forma espiriforme os conflitos (étnicos, sociais, raciais e políticas).

Bibliografia

- ADEDEJI**, Adebayo (1999) *Comprehending and Mastering African Conflicts: the search for sustainable peace & good governance*, By, Zed Books, London & New York.
- ADEKEYE** Adebajo (2002) Building Peace in West Africa: Liberia, Sierra Leone, and Guinea Bissau. Boulder – Book Review, By Samuel Ong’wen Okuro, - *Africa Development*, Vol. XXIX, No. 3, 2004, 134-136.
- ANDERSON**, Perry (1966) *Portugal e o fim do Ultracolonialismo*, Editora Civilização Brasileira, S.A., Rio de Janeiro.
- ANDRADE**, Mário de (1989) *Consciência histórica, identidade e ideologia na formação da nação* – IN INEP A construção da Nação em África – pp. 63-75, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- ARON**, Raymond (1998) – *As Etapas do Pensamento Sociológico* – Publicações Dom Quixote, Lda. Lisboa.
- AUGEL**, Johannes e Carlos Cardoso (1996) Transição democrática na Guiné-Bissau e outros ensaios, *Colecção Kacu Martel, vol.10*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), Bissau.
- BARROS**, Eduardo J. (1989) A formação da Nação e as identidades étnico-culturais - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 77-94, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- BIROU**, Alain (1978), *Dicionário das Ciências Sociais*, Publicações Dom Quixote, 4ª Edição – Lisboa.
- CABRAL**, Amílcar (1974) *Guiné – Bissau, Nação Africana Forjada da Luta* – Textos Amílcar Cabral – Publicação – Nova Aurora.
- CARDOSO**, Carlos (1989) A história da construção nacional na Guiné-Bissau (a problemática da construção nacional na fase pós-independência: dificuldades e perspectivas) - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 281-298, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição NEP/Bissau.
- CARREIRA**, António (1952) *Censo da População não Civilizada de 1950* – Separata do Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa, n.º 28 Outubro – Bissau.
- CARREIRA**, António *et al* (1959) *Notas sobre os movimentos migratórios da população natural da Guiné-Portuguesa* – Boletim Cultural da Guiné-Portuguesa, n.º 53, pp. 7:22, Volume XIV Janeiro.

- CARVALHO**, Clara de (2000) *Réflexions autour des histoires d'origine à Pecixe (Cacheu)*, in *Migrations Anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes*, pag. (223 – 240) – Sous la direction de Gérald Gaillard – Cahiers Lillois, L'Harmattan.
- CASTLES**, Stephen (2004) *The Myth of the Controllability of Difference, Labour Migration Transnational Communities and State Strategies in the Asia-Pacific Region* - In Yeoh, Brenda S.A. and Katie Willis (Edited) (2004) *State/Nation/Transition, Perspectives on Transnationalism in the Asia-Pacific* p.16-36- Routledge, London and New York.
- CIDAC** (1976) *Guiné-Bissau, 3 anos de independência* – Edição CIDAC – Coleção África e Luta – 2.
- CÓ**, João Ribeiro Butiam (2006) *A aquisição do capital social e a formação das estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem para a percepção de conflitos sociais* –, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS), n.º 6 – ISEG/UTL - Lisboa.
- CODESRIA**, (2005) *Lusofonia e África: Historias, Democracia e Integração Africana* – CODESRIA, – Dakar, (orgs.) Carlos Cardoso, Teresa Cruz e Silva, Manuel G. Mendes de Araújo.
- CORREIA**, Pedro de Pezart (2002) *Manual de geopolítica e geoestratégia – conceitos, teorias e doutrinas* – Volume – I, Coleção – Andaimos do Mundo, n.º3 – Edição Quarteto Editora – Coimbra.
- COSER**, Lewis A. (1982) *Les Fonctions du Conflit Social*- Presses Universitaires de France, Paris.
- CHABAL**, Patrick e Jean-Pascal Daloz (1999) *Africa Works: Disorder as Political Instrument- African Issues* – The International African Institute.
- CROWLEY**, Eve (2000) *Institutions, identities and the incorporation of immigrants within local frontiers of Upper Guinea Coast*, in *Migrations Anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes*, pag. (115 – 138) – Sous la direction de Gérald Gaillard – Cahiers Lillois, L'Harmattan.
- DAVIDSON**, Basil (1975) *A Libertação da Guiné: Aspectos de uma revolução Africana – Terceiro Mundo* – Livraria Sá da Costa – Editora.
- DRIFT**, Roy Van der (2000) *Birds of Passage and independence fighters: An anthropological analysis of Balanta migration to southern Guinea-Bissau and mobilisation for the liberation war (1890 – 1964)* in *Migrations Anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes*, pag. (151 – 164) – Sous la direction de Gérald Gaillard – Cahiers Lillois, L'Harmattan.

- EKANOLA**, Adebola B. (2004) Au-delà de l'isolation, vers des relations de coopération et vers la résolution des conflits ethniques dans la société contemporaine africaine, pp. 41 – 43. In CODESRIA bulletin, Éditorial, n. ° 3 & 4, 2004.
- GORDON**, David F. (1997) On Promoting Democracy in Africa: the international dimension -, In Democracy in Africa Edited by Marina Ottaway – Lynne Rienner Publishers, INC. p.153 – 163.
- GURVITCH**, Georges (1980) Proudhon e Marx – Biblioteca de textos universitários – 2ª Edição – Editorial Presença – Portugal Lda. Lisboa.
- HANDEM**, Diana Lima (1989) A história da construção nacional na Guiné-Bissau (a luta de libertação e formação da nação guineense) - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 267-280, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- HAWTHORNE**, Walter (2000) *Migrations and statelessness : the expansion of the Balanta of Guinea-Bissau, 1900 – 1950 in Migrations Anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes*, pag. (139 – 150) – sous la direction de Gérald Gaillard – Cahiers Lillois, L'Harmattan.
- HUTCHFUL**, Eboe (1997) Militarism and Problems of Democratic Transition – In Democracy in Africa Edite by Marina Ottaway – Lynne Rienner Publishers, INC. p.43 – 64.
- IFFONSO**, Aly G. (2000) *Migrations mandingues dans la zone littorale guinéenne du XV au XIX siècle*, in *Migrations Anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes*, pag. 77 - 80 – Sous la direction de Gérald Gaillard – Cahiers Lillois, L'Harmattan.
- INEP** (1989) A construção da Nação em África (os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe) – Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- JACOBY**, Tim (2008) Understand Conflict and Violence: Theoretical and Interdisciplinary Approaches – Routledge London and New York.
- JAO**, Mamadú (2000) *Ethnical origins and migration among the Mancanha of Guinea-Bissau*, in *Migrations Anciennes et peuplement actuel des Côtes guinéennes*, pag. (215 – 222) – Sous la direction de Gérald Gaillard – Cahiers Lillois, L'Harmattan.
- LIPSET**, Seymour Martin (1992) Consenso e Conflito – Edições Gradiva – Lisboa.
- KRIESBERG**, Louis (2007) Constructive Conflicts, from Escalation to Resolution, Third Editions, Rowman & Littlefield Publishers, INC.

- KRISTINE**, Ecke, Bethany Lacina, Magnus Öberg (2008) Civil Conflict in the Contemporary World – In Öberg, Magnus and Kaarestrom (edited) Resources Governances and Civil Conflict, p.23-42 – Routledge/ECPR studies in European Political Science.
- LOPES**, Carlos (1989) A história da construção nacional na Guiné-Bissau (a questão nacional e a Guiné dita «portuguesa» - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 242-266, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- LOPES**, Carlos (1999) Kaabunké: Espaço Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-Coloniais, - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- MANDANI**, Mahmood (2004) Good Muslim, Bad Muslim – Entretien avec Mahmood Mandani, Asia Society, pp. 6-12. In CODESRIA bulletin, Éditorial, n.º 3 & 4, 2004.
- MONTEIRO**, António Isaac (1993) A origem étnico-cultural, o estado e a integração nacional in: Guiné-Bissau vinte anos de independência: Desenvolvimento e democracia, balanço e perspectivas, INEP, Bissau, p.347-356.
- MOSCOICI**, Serge et Doise, Willem (1991) Dissensões e Consenso : uma teoria geral das decisões colectivas – Edições – Livros Horizonte, Lda. – Lisboa.
- NNOLI**, Okwudiba (1998) Ethnic Conflicts in Africa Edited by Okwudiba Nnoli – CODESRIA Book Series - Dakar.
- ÖBERG**, Magnus and Kaarestrom (edited) (2008) Resources Governances and Civil Conflict – Routledge/ECPR studies in European Political Science.
- OTTAWAY**, Marina (1999) Ethnic politics in Africa: Change and continuity, pp: 299 – 318 – In State Conflict and democracy in Africa Edited by Richard Joseph, Lynne Rienner Publisher, inc. London.
- PAIGC** (1974) Historia: A Guiné e as Ilhas de Cabo Verde – Impresso por Paul Dupont, Paris.
- PÉLISIER**, René (1989) História da Guiné: Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841-1936) Volume I, Tradução de Franco Sousa, Editorial Estampa Lda., Lisboa.
- PEREIRA**, Aristides (2002) Guiné-Bissau e Cabo Verde, uma luta, um partido, dois países, Editorial Notícias, Lisboa.

- RIBEIRO**, Carlos Rui (1989) A história da construção nacional na Guiné-Bissau (articulação histórica dos povos da Senegâmbia pré-colonial) - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 219-242, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- RIPPON**, Thomas J. (2007) *A Culture of Peace: An Alternative To Violence In The Workplace* - Culture of Peace Online Journal, 2(1), 49-65.
- RITZER**, George (1996) *Sociology Theory*, Fourth Edition, the McGraw-HILL Companies, INC.
- SALL**, Ebhrima et Adebayo Olukoshi (2004) *Identité, sécurité et renégociation de l'appartenance nationale en Afrique de l'Ouest : réflexions sur la crise ivoirienne*, pp. 39 – 40, in CODESRIA bulletin, Éditorial, n. ° 3 & 4, Dakar.
- SANTOS**, Manecas dos (1989), Guiné-Bissau: a formação da Nação - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 190-197, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- Searching for Peace in Africa**: an overview of conflict prevention and management activities (1999), By European Platform for Conflict Prevention and Transformation – Utrecht, Netherlands.
- SIMMEL**, Georg (1964) *Conflict and the Web of Group-Affiliations* – The Free Press, New York.
- SONKO**, Bruno (2004) Le conflit en Casamance: une guerre civil oubliée? pp. 35-38. In CODESRIA bulletin, Éditorial, n. ° 3 & 4, 2004.
- TAYLOR**, Ian (2003) *Conflict in Central Africa: Clandestine Networks & Regional/Global Configurations - Review of African Political Economy No.95:45-55* - © ROAPE Publications Ltd.
- THEODORA**-Ismene Gizelis (2008) Enforcing alone, Collective Action in Ethnic Conflicts Settlement - In Öberg, Magnus and Kaarestrom (edited) (2008) *Resources Governances and Civil Conflict*, p.165-177 - Routledge/ECPR studies in European Political Science.
- VARELA**, Tomé e Daniel Pereira (1989) Condicionismos histórico-culturais da formação da Nação cabo-verdiana - IN INEP (1989) A construção da Nação em África – pp. 171-187, Colóquio INEP/CODESRIA/UNITAR – Edição INEP/Bissau.
- VORRATH**, Judith et al (2007) *Linking Ethnic Conflict & Democratization: An Assessment of Four Troubled Regions* - National Centre of Competence in Research (NCCR) Working Paper No. 6.